



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº91/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021**

OBJETO(S): Contratação de empresa especializada para fornecimento de água para policiais militares lotados nas Unidades da PMSC.

Envio de proposta	A partir das 08:00 horas do dia 25 de março de 2022.
Abertura da sessão	A partir das 13:30 horas do dia 07 de abril de 2022.
Início da disputa	A partir das 13:30 horas do dia 07 de abril de 2022.

OBSERVAÇÕES:

Qualquer interessado na licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet, acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

PARTICIPAÇÃO:

Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

CADASTRO DE FORNECEDOR:

O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço www.sea.sc.gov.br - "Licitações" - "Fornecedores" ou diretamente pelo endereço www.portaldecompras.sc.gov.br - "Fornecedores".

QUESTIONAMENTOS:

- 1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até dois dias úteis a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou <http://e-lic.sc.gov.br>, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum;
- 2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

PEDIDO DE VISTAS:

Qualquer interessado poderá ter acesso ao processo licitatório por meio do portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC - Nº de identificação (SGP-e): PMSC 77934/2021.**

REFERÊNCIA DE TEMPO:

As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº91/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

O Estado de Santa Catarina, por meio do **Fundo de Melhoria da Polícia Militar**, com sede na Av Rio Branco, 1064, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ n.º 13.925.994/0001-07, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, para selecionar melhor(es) proposta(s), nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, demais normas legais federais e estaduais vigentes, para a aquisição do seguinte objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água para policiais militares lotados nas Unidades da PMSC.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.2. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.
- 1.3. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Polícia Militar/SC, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.
- 1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e *senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.
- 1.5. Envio de proposta: A partir das 08:00 horas do dia 25 de março de 2022.
- 1.6. Abertura da sessão: A partir das 13:30 horas do dia 07 de abril de 2022.
- 1.7. Início da disputa: A partir das 13:30 horas do dia 07 de abril de 2022.
- 1.8. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.
- 1.9. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:
Anexo I – Quadro de quantitativos e especificações mínimas.
Anexo II – Condições gerais de fornecimento.
Anexo III – Modelo de proposta de preços eletrônica para HABILITAÇÃO.
Anexo IV – Identificação dos envelopes, salvo na modalidade de pregão eletrônico.
Anexo V – Recibo de documentos.
Anexo VI – Informações da empresa vencedora para contratação.
Anexo VII – Minuta de Contrato.
Anexo VIII – Declaração de isenção ICMS.
Anexo IX – Modelo de Declaração de Atendimento dos Requisitos de Habilitação.

2. DA LICITAÇÃO

- 2.1. Do Objeto
 - 2.1.1. A presente licitação destina-se a selecionar proposta para **Contratação de empresa especializada para fornecimento de água para policiais militares lotados nas Unidades da PMSC**.
- 2.2. Do convênio ICMS nº 26/03
 - 2.2.1. De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o objeto desta licitação tem o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses, condicionado ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços.
 - 2.2.2. Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.
 - 2.2.3. A isenção supracitada não se aplica, a licitante vencedora, quando:
 - a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
 - b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
 - c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuada com estabelecimento substituído.

2.2.4 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto à autoridade competente, por meio de e-mail: dalfdilic@pm.sc.gov.br ou no protocolo da Divisão de Licitação da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF/PMSC).

2.3 Da Execução da Licitação

2.3.1 O processamento da licitação pela Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF), será na qualidade de Interviente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades de Unidades da Polícia Militar/SC.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 Não será admitida a participação de:

3.2.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2.2 Empresas em consórcio;

3.2.2.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica afim de afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipulação de preços.

3.2.3 Empresas, cujas falências tenham sido declaradas, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.4 Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.5 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – www.transparencia.gov.br – ou de acordo com registros de outras publicações oficiais, disponíveis para consulta pública;

3.2.6 Empresas que possuam restrições junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

3.2.7 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 Coordenar o processo licitatório;

4.2 Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;

4.3 Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

4.4 Conduzir a sessão pública na internet;

4.5 Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

4.6 Dirigir a etapa de lances;

4.7 Verificar e julgar as condições de habilitação;

4.8 Receber a documentação adicional quando necessário;

4.9 Receber, examinar e encaminhar os recursos devidamente instruídos à autoridade superior para deliberação;

4.10 Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

4.11 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação; e

4.12 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1 Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o

qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no Anexo I.

5.1.2 Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisará solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.2 O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link "Fornecedores".

5.3 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.5 O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5.1 Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
- b) Navegador Internet Explorer 8, ou 9 com Modo de Compatibilidade ativado, com Javascript habilitado e *POPUPS* liberados (não bloqueados).

6. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Nos processos licitatórios cujo valor contratado for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplicar-se-á o direito de exclusividade prevista na LC 123/2006, ressalvadas as exceções legais.

6.1.1 Serão desconsideradas as licitantes cadastradas/credenciadas que não cumpram os requisitos da L.C 123/2006, salvo se não houver microempresa e/ou empresa de pequeno porte cadastrada/credenciada.

6.2 Nos processos licitatórios, cujo valor contratado for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicado o disposto no inciso III do art. 48 da LC 123/2006, reservando-se 25% para microempresa e/ou empresa de pequeno porte, ressalvadas as exceções legais.

6.2.1 O lote/Item será identificado como "exclusivo" e "ampla concorrência".

6.2.2 Todos os licitantes cadastrados/credenciados, inclusive aqueles não beneficiados pela LC 123/2006, poderão dar lance no lote/item exclusivo.

6.2.3 Não havendo lance por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, poderá, a licitante melhor classificada no lote/item de ampla concorrência, absorver o lote/item exclusivo, desde que mantenha o mesmo valor de lance em ambos os lotes.

6.3 Não havendo interesse na absorção do lote exclusivo, este ficará fracassado.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

7.1.1 O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

7.2 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

7.2.1 Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

7.2.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

7.2.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2.4 A licitante não poderá se identificar (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

7.2.4.1 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação direta da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

7.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.4 As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

7.6 O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedoros terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

8.2 Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

8.3 O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

8.4 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

9.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar **PROPOSTA NÃO IDENTIFICADA** e, se for o caso, **o respectivo anexo**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

9.2 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3 As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

9.4 A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

9.5 Quando obrigatória, sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica **deverá ser encaminhada e, se for o caso, o respectivo anexo**:

a) Para o **item**, o **preço unitário do item**, expresso em reais, no campo “valor da proposta”;

b) **Deverá** ser indicada a **marca e modelo** do objeto cotado no campo correspondente ao item, bem como todas as **demais especificações contidas** no Termo de Referência (anexo I).

9.5.1 A proposta deverá ser anexada no Portal de Compras quando estiver prevista sua obrigatoriedade no Termo de Referência;

9.5.2 Caso seja solicitado, conforme Anexo III – modelo de proposta eletrônica de preços deverá ser indicado o fabricante/representante, procedência e/ou modelo do objeto cotado no campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação;

9.5.3 A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedoros, que contém, **obrigatoriamente**, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

9.6 As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

9.7 Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

9.7.1 Excluem-se da exigência:

a) As empresas catarinenses, que devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

b) As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

9.8 A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta **no Sistema eletrônico**, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da convocação do pregoeiro.

9.9 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

9.10 O prazo máximo de entrega do objeto será aquele previsto no anexo I. Em caso de omissão, considerar-se-á o prazo aceito pela contratada.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no edital terá início à sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (*CHAT*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 O pregoeiro verificará as propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.2 O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

10.2.3 O pregoeiro poderá solicitar o detalhamento das propostas via *CHAT* para permitir a correta identificação da proposta.

10.3 A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT*.

10.3.1 O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

10.3.2 Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

10.4 As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.

10.5 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

10.5.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

10.6 Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

10.7 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.8 Será desclassificada a licitante que se identificar durante a etapa de lance.

10.8.1 O Sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.

10.9 O pregoeiro abrirá os itens/lotos para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.

10.9.1 Após aberto os itens/lotos da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos e será encerrada por decisão do pregoeiro.

10.9.2 O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9.3 Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotos para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

10.10 O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.10.1 Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.11 Ocorrendo o empate técnico será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.11.1 Entende-se por empate técnico aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

10.11.2 Ocorrendo o empate técnico, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.12 O disposto no subitem 9.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.14 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadra na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá informar a respectiva alíquota, via comunicação “CHAT”, depois de encerrada a disputa de lances.

10.15 Após encerramento da sessão, quando houver cotação de proposta por lote, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

10.15.1 Após o encerramento da fase de lances, antes da habilitação, quando a licitação for cotada por item, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), após a convocação do Pregoeiro, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.

10.16 Os licitantes que se utilizarem da base de cálculo do ICMS reduzida, deverão comprovar por meio de documento, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda nos termos do RICMS/SC, que fruam do Benefício Fiscal.

10.17 A alíquota do ICMS a ser aplicada será aquela fixada para as operações internas de origem, conforme disposto no art. 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

10.18 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br;

10.19 Quando houver exigência de amostra(s) prevista(s) no Anexo I, a licitante melhor classificada será convocada a apresentá-la(s) dentro do prazo estipulado, interrompendo assim o certame para análise e posterior confecção do(s) parecer(es) técnico(s).

10.20 Se o parecer técnico, devidamente assinado pelo pessoal responsável pela análise, apontar aprovação da(s) amostra(s), o processo passará à fase de habilitação.

10.21 Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s) será chamada a segunda colocada do certame e assim sucessivamente, abrindo-se, novamente, o prazo previsto no Anexo I para a entrega da(s) amostra(s).

10.22 Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 11 deste edital.

10.23 O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.

10.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10.25 Após encerramento da sessão, a licitante vencedora do lote/item **deverá**, obrigatoriamente, detalhar no Sistema eletrônico sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal.

11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Encerrada a etapa de lances, negociação, testes e aceitabilidade da proposta, o pregoeiro solicitará o envio dos documentos exigidos para a habilitação, conforme previsto no Edital, os quais deverão ser enviados em até duas horas, prazo este estabelecido por conveniência e oportunidade da Administração, por meio do e-mail dalfdilic@pm.sc.gov.br. Os documentos serão disponibilizados no link “Edital na Íntegra e Anexos”, do Portal de Compras SC.

11.2 Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

11.2.1 A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

11.2.2 O pregoeiro ou equipe de apoio verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

11.3 Os documentos exigidos para habilitação e que não estejam contemplados no CCF deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico.

11.4 Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

11.4.1 O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.4.1.1 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF poderá ser comprovada com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.2 O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

11.4.3 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.5 Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

11.6 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.7 Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, poderão ser inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou pelo endereço de e-mail informado pelo pregoeiro.

11.8 O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online.

11.8.1 Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br).

11.9 A licitante melhor classificada, durante a fase de habilitação, deverá, obrigatoriamente, **enviar** por meio eletrônico ou pelo endereço eletrônico informado pelo pregoeiro:

11.9.1 Quando exigido em Lei, o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverá ser apresentado em publicação

do "Diário Oficial", as demais empresas deverão apresentar fotocópias autenticadas das folhas do livro "Diário" onde o balanço se acha regularmente transcrito (com fotocópias autenticadas da página de abertura e da página de fechamento desse Livro Diário),

11.9.2 A boa situação financeira da empresa poderá ser comprovada através dos seguintes itens definidos no balanço patrimonial.

11.9.3 **Para todas as naturezas de contratação**, cálculos dos seguintes índices, provenientes de dados do balanço do último exercício financeiro, conforme segue:

ÍNDICES MAIORES OU IGUAIS A 1 (UM) QUANTO A:

1) LIQUIDEZ GERAL - ILG

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

2) LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

3) SOLVÊNCIA GERAL - ISG

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes

Justificativa da adoção dos índices:

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa, assim:

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- de 1,00 a 1,35: **Equilibrada**
- (maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, concluiu-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

11.9.4 Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços será exigido, alternativamente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

11.9.4.1 O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o subitem anterior não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.9.4.2 Conforme artigo 3º do Decreto Federal nº 8.538, de 06/10/2015, na habilitação, em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida, da microempresa ou da empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

11.9.5 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove condições para atendimento das prescrições do presente Edital;

11.9.5.1 A exigência do atestado de capacidade justifica-se para comprovar que a empresa fornecedora tem experiência em executar serviços ou consegue entregar produtos semelhantes ao objeto do edital.

11.9.6 As seguintes declarações, de preferência, em corpo (folha) único, conforme Anexo IX:

a) Negativa de infringência ao Art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

b) De atendimento a Lei Estadual nº 10.732, de 07/04/1998, de que a empresa cumpre as normas de Saúde e Segurança do Trabalho.

12 DOCUMENTOS ADICIONAIS E AMOSTRAS

12.1 Documentos adicionais, tais como certidões, prospectos, laudos, atestados e registros entre outros e ou amostra, **quando exigidos**, deverão atender todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

12.2 Os documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro via “CHAT”, em até 30 (trinta) minutos, inseridos como anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.

12.3 Após o envio dos documentos o pregoeiro verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, os documentos correspondentes, constituindo meio legal de prova.

12.4 A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, enviar, por meio eletrônico, as informações constantes do Anexo VI, pelo Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data da convocação do pregoeiro.

12.5 Na entrega do objeto a Contratante poderá solicitar documentos adicionais, tais como laudos, certificados e ensaios, desde que previstos no edital.

12.6 Quanto às amostras e/ou laudos, a sua exigência, momento prazo de entrega, estão previstos no Anexo I deste Edital.

13 JULGAMENTO

13.1 Será considerada primeira classificada a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o “MENOR PREÇO DO ITEM”, conforme Anexos I e II.

13.2 Se a licitante primeira classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando apresentado, os mesmos não atenderem ao exigido no edital a licitante terá sua proposta desclassificada.

13.3 Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

13.4 No caso do subitem 12.2 e 12.3, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.5 Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT, limitados à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento), ou margem prevista em Termo de Referência (Anexo I).

13.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

13.7 Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

14 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis à abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br> selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.2 O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.3 O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir anexos imediatamente antes de fechar a janela.

14.3.1 As impugnações registradas no Sistema constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinada, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

14.4 Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

14.4.1 Deverão ser apresentadas em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o Anexo IV, no endereço e horário constante no subitem 18.2.

14.5 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

14.6 Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotos e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

14.6.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 14.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.6.2 Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do encerramento da fase de habilitação.

14.7 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir anexos antes de fechar a janela.

14.8.1 Os recursos registrados no Sistema constituem meio legal de prova.

14.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via CHAT e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15 DA CONTRATAÇÃO

15.1 – A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a expedição do Contrato, consoante minuta que constitui o Anexo VII deste Edital.

15.2 Da convocação para assinatura do Contrato.

15.2.1 Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, as licitantes vencedoras serão convocadas para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato.

15.2.1.1 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

15.2.1.2 Havendo recusa injustificada, por parte das licitantes vencedoras, para assinar o Contrato e/ou retirar a AF, o órgão/entidade requisitante cominará multa as empresas no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

15.2.2 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

15.2.3 É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493/2014.

15.3 Da rescisão contratual.

15.3.1 A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

15.3.1.1 Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

15.3.2 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratante são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Contrato e/ou AF e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

15.4 Dos direitos da Administração.

15.4.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.5 Do objeto adquirido.

15.5.1 A fiscalização, aceitação e rejeição dos materiais adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no Contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

15.5.2 São partes integrantes do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

15.5.3 Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da Contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

15.5.4 São de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

15.5.5 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

15.6 – Do reajuste de preço.

15.6.1 O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato.

15.6.2 A revisão dos preços poderá ser concedida, pela contratante, nos termos do art. 65, inciso II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

15.6.2.1 Para revisão dos preços, a licitante vencedora deverá solicitar, formalmente, ao órgão requisitante o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e ainda, comprovar o aumento dos encargos por intermédio de notas fiscais originais ou autenticadas do distribuidor (a nota fiscal anterior e a primeira nota fiscal posterior ao reequilíbrio econômico-financeiro).

15.7 Da alteração do Contrato.

15.7.1 O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.7.1.1 O Contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

15.8 Da vigência do Contrato.

15.8.1 O contrato terá vigência da data da assinatura do termo de contrato até o adimplemento das obrigações previstas no mesmo, observada a vigência do crédito, na forma do art. 57, *caput*, da Lei 8.666/93.

15.9 A licitante vencedora obriga-se a prestar garantia dos produtos adjudicados pelo prazo descrito no Anexo II, quando for o caso.

15.10 Da fiscalização do Contrato.

15.10.1 A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

16 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 O pagamento com a execução do referido processo correrá pelo Item Orçamentário nº33903007, Projeto/Atividade14157, 11816 e 14446, Fonte(s) de Recurso(s)111, 219 e 169.

17 DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

17.1 – As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

17.1.1 Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS.

17.1.2 O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.2 O pagamento será:

17.2.1 Realizado por intermédio do Banco do Brasil, em conformidade com o inciso II do art 55 c/c o inciso XIV do art. 40 da Lei Federal 8.666/93, **até o 30º (trigésimo) dia** subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de aceite final do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de Materiais da PMSC, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Fundo de Melhoria da Polícia Militar/FUMPOM, devendo constar também o número da licitação, Contrato, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.2.21 A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

17.2.2 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para Rua Heriberto Hulse, 365, Barreiros, São José/SC, através do endereço eletrônico e-mail: dalfcadch@pm.sc.gov.br.

17.2.2.1 Dúvidas referentes ao preenchimento e pagamento da Nota Fiscal deverão ser dirigidas e dirimidas junto à Seção de Tesouraria da DALF, através do endereço eletrônico e-mail dalf3aux@pm.sc.gov.br ou dalf3ch@pm.sc.gov.br.

17.2.3 A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>).

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

17.4 O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

17.5 A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

17.6 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18 DAS SANÇÕES

18.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

18.2 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

18.3 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

18.5 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

19.2 Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestado por meio de e-mail: dalfdilic@pm.sc.gov.br ou no seguinte endereço: Divisão de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-204, no horário das 13:00 às 19:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para abertura da sessão.

19.3 Cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, ou ainda na Divisão de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC, mediante o recolhimento de taxa no valor de R\$ 0,16 (dezesesseis centavos) por folha, por intermédio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE – SC (<http://www.sef.sc.gov.br/>), código da receita 5703, obedecendo o horário bancário.

19.4 Cópia do processo licitatório poderá, por qualquer interessado, ser obtida por meio de acesso ao portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC - Nº de identificação (SGP-e): PMSC 77934/2021.**

19.5 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

19.7.1 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

19.8 Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital, salvo autorização expressa descrita no Anexo I.

19.9 A PMSC, através do Sr Diretor de Apoio Logístico e Finanças, poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.10 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

19.10.1 Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

19.11 As licitantes devem declarar que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis, conforme Anexo IX.

19.11.1 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

19.11.2 Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

19.11.3 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19.12 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.13 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 02 de março de 2022.

ANDRÉ CARTAXO ESMERALDO
Coronel PM - Diretor da DALF/PMSC

ANEXO I

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022
PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021
TERMO DE REFERÊNCIA**



Pregão Eletrônico nº 0091/2022

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações do(s) Item(ns)

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
1	1903	10301-2-010	Agua mineral Sem gas 500ml garrafa em fardo com 12 unid	Peça	7.142
2	1903	10301-2-010	Agua mineral Sem gas 500ml garrafa em fardo com 12 unid - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	2.380



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
(ÁGUA) PARA POLICIAIS MILITARES - PMSC**

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de água para policiais militares lotados nas Unidades da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Justifica-se a presente aquisição em atendimento ao exposto nos arts. 62 e 73 da Lei Estadual nº 5.645, de 30 de novembro de 1979, nos seguintes termos:

Art.62. O **policial-militar na ativa tem direito**, ainda, aos seguintes benefícios: [...] **IV – alimentação;**

Art.73. Tem direito a alimentação por conta do Estado:

I – o policial-militar em serviço que obrigue a permanecer nesta situação, nos horários de refeições;

II – o policial-militar aluno, quando em regime de internato ou semi-internato;

III – o preso civil quando recolhido a organização policial militar;

IV – o policial-militar de prontidão;

V – o policial-militar recolhido à organização em virtude de sentença condenatória, prisão preventiva, em flagrante ou em decorrência de punição disciplinar.

Parágrafo único. Poderá ser estendido o benefício de que trata este artigo aos civis que prestam serviços nas organizações policiais militares.

Para a execução do objeto contratado serão utilizadas como referência as seguintes normativas:

- Artigos 62 e 73 da Lei nº 5.645, de 30 de Nov. de 1979 (dispõe sobre a remuneração da PMSC);
- Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – RISG;
- Ordem Administrativa Nº 001/CMDO-G/PMSC/2016;
- NGE 2020;
- Lei nº 7.210 de 11 Jul. 1984, (Lei de Execução Penal);
- Portaria nº 358, de 08/10/2009 – DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

3. QUADRO QUANTITATIVO DE FARDOS COM 12 DE GARRAFAS DE 500ML ÁGUA POR UNIDADES POLICIAIS MILITARES

OPM	RPM	CIDADES	QUANTIDADE DE FARDOS DE GARRAFAS 500ML
1º RPM - Florianópolis	1RPM	Florianópolis	43
4º BPM - Florianópolis Centro e Sul		Florianópolis	289
21º BPM - Florianópolis Ilha		Florianópolis	160
22º BPM - Florianópolis Continente		Florianópolis	143
BAPM - Florianópolis	ESPEC	Florianópolis	45
BP CHOQUE - Florianópolis		Florianópolis	80
CEPM - Florianópolis		Florianópolis	133
Comando Geral		Florianópolis	250
CMB		Florianópolis	18
DALF		Florianópolis	106
CPMA	PMA	Florianópolis	33
1ºBPMA		Florianópolis	12
1ºBPMA/1ªCia/1ºPel		Florianópolis	14
CPMR	PMR	Florianópolis	6
CPMR/PCS		Florianópolis	42
CPMR/TOR		Florianópolis	8
1ºBPMR		Florianópolis	2
1ºBPMR/1ªCia		Florianópolis	2
1ºBPMR/1ªCia/1ºGp		Florianópolis	28
1ºBPMR/1ªCia/19ºGp		Florianópolis	28
2ª RPM - Lages	2RPM	Lages	83
6ºBPM/1ªCia/5ºGp		Abdon Batista	5
6ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Alfredo Wagner	8
6ºBPM/1ªCia/2ºPel/6ºGp		Anita Garibaldi	9
3ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Bela Vista do Toldo	10
6ºBPM/1ªCia/1ºPel		Bocaina do Sul	8
6ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Bom Jardim da Serra	7
6ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp		Bom Retiro	9



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

6ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Campo Belo do Sul	9
3ºBPM		Canoinhas	91
6ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp		Capão Alto	8
6ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Celso Ramos	6
6ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Cerro Negro	4
6ºBPM/2ªCia/3ºPel		Correia Pinto	14
GECT		Curitibanos	71
GECT/2ºPel/4ºGp		Frei Rogério	7
3ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Irineópolis	13
GEMFA/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Itaiópolis	13
6ºBPM		Lages	168
GECT/2ºPel/1ºGp		Lebon Régis	6
GEMFA		Mafra	79
3ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Major Vieira	10
3ºBPM/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Matos Costa	8
GEMFA/2ªCia/1ºPel/3ºGp		Monte Castelo	8
6ºBPM/2ªCia		Otacílio Costa	24
6ºBPM/1ªCia/1º Pel/2ºGp		Painel	6
6ºBPM/2ªCia/4ºPel/8ºGp		Palmeira	8
GEMFA/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Papanduva	8
6ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Ponte Alta	8
GECT/1ºPel/1ºGp		Ponte Alta do Norte	9
3ºBPM/1ªCia		Porto União	66
6ºBPM/2ªCia/1ºPel/4ºGp		Rio Rufino	4
GECT/2ºPel/2ºGp		Santa Cecília	12
GECT/1ºPel/2ºGp		São Cristovão do Sul	7
6ºBPM/2ªCia/1ºPel		São Joaquim	17
6ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		São José do Cerrito	8
GECT/2ºPel/3ºGp		Timbó Grande	9
3ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Três Barras	18
6ºBPM/2ªCia/1ºPel/3ºGp		Urubici	9
6ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Urupema	6
5ª/BAPM - Lages	ESPEC	Lages	16
2ºBPMA/3ªCia	CPMA	Canoinhas	29
2ºBPMA/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Curitibanos	11



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

CPMA/2ºBPMA/1ªCIA		Lages	28
2ºBPMA/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Porto União	13
1ºBPMR/4ªCia/16ºGp	CPMR	CANOINHAS	15
2ºBPMR/1ªCia		Painel	2
2ºBPMR/1ªCia/10ºGp		Painel	19
2ºBPMR/1ªCia/11ºGp		Palmeira	14
2ºBPMR/1ªCia/21ºGp		Bom Jardim da Serra	12
2ºBPMR/1ªCia/3ºGp		Lebon Régis	11
3ª RPM - Balneário Camboriú	3RPM	Balneário Camboriú	39
12ºBPM		Balneário Camboriú	137
25ºBPM/3ªCia/3ºPel		Balneário Piçarras	18
12ºBPM/4ªCia/4ºPel		Bombinhas	16
12ºBPM/1ªCia		Camboriú	51
12ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Canelinha	10
1ºBPM		Itajaí	179
12ºBPM/4ªCia		Itapema	49
25ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Luis Alves	12
12ºBPM/3ªCia/3ºPel/4ºGp		Major Gercino	3
25ºBPM		Navegantes	68
12ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Nova Trento	11
25ºBPM/3ªCia		Penha	22
12ºBPM/4ªCia/4ºPel/1ºGp		Porto Belo	18
12ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		São João Batista	20
12ºBPM/3ªCia		Tijucas	36
3ª/BAPM - Balneario Camboriu	ESPEC	Balneário Camboriú	16
1ºBPMA/1ªCia/4ºPel	CPMA	Balneário Camboriú	17
4ª RPM - Chapecó	4RPM	Chapecó	49
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/5ºGp		Abelardo Luz	16
2ºBPM/3ªCia/7ºPel/1ºGp		Águas de Chapecó	6
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Águas Frias	5
20ºBPM/2ªCia/1ºPel/4ºGp		Alto Bela Vista	6
20ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Arabutã	6
20ºBPM/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Arvoredo	7



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

2ºBPM/4ªCia/1ºPel/1ºGp	Bom Jesus	5
2ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp	Caibi	5
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/4ºGp	Caxambú do Sul	7
2ºBPM	Chapecó	207
20ºBPM	Concórdia	90
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/13ºGp	Cordilheira Alta	6
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/3ºGp	Coronel Freitas	8
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/6ºGp	Coronel Martins	5
2ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp	Cunhataí	6
2ºBPM/4ªCia/5ºPel/3ºGp	Entre Rios	5
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/2ºGp	Faxinal dos Guedes	8
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/4ºGp	Formosa do Sul	6
2ºBPM/4ªCia/2ºPel/5ºGp	Galvão	4
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/12ºGp	Guatambú	6
2ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp	Ipuaçu	5
20ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp	Ipumirim	10
20ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp	Irani	13
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/7ºGp	Irati	6
20ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp	Itá	8
2ºBPM/3ªCia/5ºPel/3ºGp	Jardinópolis	6
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/3ºGp	Jupia	5
2ºBPM/4ªCia/5ºPel/1ºGp	Lajeado Grande	6
20ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp	Lindóia do Sul	5
2ºBPM/4ªCia/5ºPel/2ºGp	Marema	5
2ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp	Nova Erechim	5
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/8ºGp	Nova Horizonte	6
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/9ºGp	Nova Itaberaba	6
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/4ºGp	Ouro Verde	4
20ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp	Paial	5
2ºBPM/3ªCia/3ºPel/4ºGp	Palmitos	17
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/8ºGp	Passos Maia	6
20ºBPM/2ªCia/1ºPel/3ºGp	Peritiba	6
4ªRPM/2ºBPM/3ªCia/2ºPel	Pinhalzinho	19
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/5ºGp	Planalto Alegre	6
2ºBPM/4ªCia/4ºPel/3ºGp	Ponte Serrada	8



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

20ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Presidente Castello Branco	6
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/1ºGp		Quilombo	10
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/2ºGp		Santiago do Sul	5
2ºBPM/3ªCia/7ºPel/1ºGp		São Carlos	10
2ºBPM/4ªCia/3ºPel/1ºGp		São Domingos	6
2ºBPM/5ªCia		São Lourenço do Oeste	30
2ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Saudades	8
20ºBPM/3ªCia		Seara	22
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/8ºGp		União do Oeste	6
2ºBPM/4ªCia/4ºPel/1ºGp		Vargeão	5
2ºBPM/4ªCia		Xanxerê	54
20ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Xavantina	6
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/13ºGp		Xaxim	19
2ºBPMA	CPMA	Chapecó	33
2ºBPMA/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Concórdia	11
2ºBPMR/2ªCia/20ºGp	CPMR	Concórdia	16
2ºBPMR/3ªCia/9ºGp		Bom Jesus	14
2ºBPMR/3ªCia/17ºGp		São Lourenço do Oeste	14
5ª RPM - Joinville	5RPM	Joinville	67
EPM - Joinville		Joinville	45
27ºBPM/2ªCia		Araquari	30
27ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Balneário Barra do Sul	14
17ºBPM/2ªCia		Barra Velha	27
8ºBPM/3ªCia/4º Pel/2ºGp		Garuva	14
8ºBPM/3ªCia/4ºPel		Itapoá	24
17ºBPM		Joinville - Norte	311
8ºBPM		Joinville - Sul	144
27ºBPM		São Francisco do Sul	56
17ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		São João do Itaperiú	8
2ª Cia/BAPM - Joinville	ESPEC	Joinville	24
1ºBPMA/2ªCia	CPMA	Joinville	25
1ºBPMR/4ªCia	CPMR	Joinville	3
1ºBPMR/4ªCia/18ºGp		Joinville	20
1ºBPMR/4ªCia/24ºGp		São Francisco do Sul	9



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

6ª RPM - Criciúma	6RPM	Criciúma	52
19ºBPM		Araranguá	85
19ºBPM/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Balneário Arroio do Silva	14
19ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Balneário Gaivota	10
GEIC/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Balneário Rincão	14
GEIC/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Cocal do Sul	16
9ºBPM		Criciúma	237
19ºBPM/3ªCia/2ºPel/4ºGp		Ermo	5
9ºBPM/4ªCia/2ºPel		Forquilha	28
GEIC		Içara	78
19ºBPM/3ªCia/3ºPel		Jacinto Machado	10
GEIC/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Lauro Müller	12
19ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Maracajá	10
19ºBPM/3ªCia/2ºPel/3ºGp		Meleiro	10
GEIC/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Morro da Fumaça	16
19ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp		Morro Grande	6
9ºBPM/4ªCia/3ºPel/1ºGp		Nova Veneza	15
GEIC/2ªCia/3ºPel		Orleans	20
19ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Passos de Torres	10
19ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Praia Grande	10
19ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Santa Rosa do Sul	7
19ºBPM/3ºPel/3ºGp		São João do Sul	9
9ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp		Siderópolis	12
19ºBPM/2ªCia		Sombrio	35
19ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Timbé do Sul	10
9ºBPM/4ªCia/3ºPel/3ºGp		Treviso	11
19ºBPM/3ªCia/2ºPel		Turvo	26
GEIC/2ªCia		Urussanga	19
CPMA/1ºBPMA/3ªCia/2ºPel	CPMA	Maracajá	22
1ºBPMR/2ªCia	CPMR	Cocal do Sul	3
1ºBPMR/2ªCia/5ºGp		Cocal do Sul	22
1ºBPMR/2ªCia/14ºGp		Içara	19
1ºBPMR/2ªCia/15ºGp		Lauro Müller	13



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

7ª RPM - Blumenau	7RPM	Blumenau	55
13ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Agrolândia	5
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Agronômica	4
GEIN/1ªCia/3ºPel/3ºGp		Apiúna	7
GEIN/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Ascurra	6
13ºBPM/4ªCia/2ºPel/1ºGp		Atalanta	4
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Aurora	3
GEIN/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Benedito Novo	5
10ºBPM		Blumenau	209
18ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Botuverá	8
13ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Braco do Trombudo	3
18ºBPM		Brusque	95
13ºBPM/4ªCia/2ºPel/2ºGp		Chapadão do Lageado	5
13ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Dona Emma	4
GEIN/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Doutor Pedrinho	6
18ºBPM/3ªCia		Gaspar	39
18ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Guabiruba	13
13ºBPM/2ªCia		Ibirama	20
18ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Ilhota	13
13ºBPM/4ªCia/3ªPel/1ºGp		Imbuia	4
GEIN		Indaial	40
13ºBPM/4ªCia/3ªPel/1ºGp		Ituporanga	20
13ºBPM/2ªCia/2ºPel/4ºGp		José Boiteux	5
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Laurentino	4
13ºBPM/4ªCia/3ºPel/3ºGp		Leoberto Leal	3
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/4ºGp		Lontras	6
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Mirim Doce	5
13ºBPM/4ªCia/2ºPel/3ºGp		Petrolândia	4
GEIN/2ªCia/1ºPel		Pomerode	20
13ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Pouso Redondo	8
13ºBPM/2ªCia/2ºPel		Presidente Getúlio	11
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/5ºGp		Presidente Nereu	6
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/3ºGp		Rio do Campo	5
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/6ºGp		Rio do Oeste	4
13ºBPM		Rio do Sul	61



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

GEIN/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Rio dos Cedros	9
GEIN/1ªCia/3ºPel/4ºGp		Rodeio	6
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp		Salete	4
13ºBPM/2ºPel/4ºGp		Santa Terezinha	4
13ºBPM/3ªCia		Taió	20
GEIN/2ªCia		Timbó	28
13ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Trombudo Central	5
13ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp		Vidal Ramos	4
13ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Vitor Meireles	5
13ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Witmarsum	5
1ºBPMA/2ªCia/2ºPel	CPMA	Blumenau	18
1ºBPMA/2ªCia/3ºPel		Rio do Sul	18
1ºBPMR/3ªCia	CPMR	Blumenau	7
1ºBPMR/3ªCia/13ºGp		Blumenau	15
1ºBPMR/3ªCia/2ºGp		Gaspar	20
1ºBPMR/3ªCia/23ºGp		Taió	11
8ª RPM - Tubarão	8RPM	Tubarão	69
GEBN/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Armazém	5
GEBN		Braço do Norte	45
5ºBPM/2ªCia/3ºPel		Capivari de Baixo	28
GEIB/2ªCia		Garopaba	29
GEBN/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Grão Pará	7
GEBN/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Gravatal	20
GEIB/1ªCia/1ºGp		Imaruí	15
GEIB		Imbituba	69
5ºBPM/2ªCia/4ºPel		Jaguaruna	21
28ºBPM		Laguna	85
GEIB/2ªCia/2ºGp		Paulo Lopes	11
5ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Pedras Grandes	9
28ºBPM/1ªCia/1ºPel		Pescaria Brava	10
GEBN/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Rio Fortuna	5
5ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp		Sangão	11
GEBN/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Santa Rosa de Lima	4
GEBN/1ªCia/3ºPel/1ºGp		São Ludgero	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

GEBN/2ªCia/3ºPel/1ºGp	CPMA	São Martinho	7
5ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Treze de Maio	10
5ºBPM		Tubarão	119
1ºBPMA/3ªCia		Laguna	28
1ºBPMR/2ªCia/7ºGp		Gravatal	25
9ª RPM - São Miguel do Oeste	9RPM	São Miguel do Oeste	24
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Anchieta	8
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/7ºGp		Bandeirante	7
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/8ºGp		Barra Bonita	5
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/6ºGp		Belmonte	7
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/10ºGp		Bom Jesus do Oeste	6
11ºBPM/2ªCia/3ºPel		Campo Erê	16
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/11ºGp		Cunha Porã	7
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/1ºGp		Descanso	6
11ºBPM/2ªCia		Dionísio Cerqueira	48
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Flor do Sertão	5
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Guaraciaba	9
11ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Guarujá do Sul	10
11ºBPM/1ªCia/6ºPel/1ºGp		Iporã do Oeste	7
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/13ºGp		Iraceminha	5
11ºBPM/1ªCia/2ºPel		Itapiranga	17
11ºBPM/3ªCia		Maravilha	28
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/7ºGp		Modelo	7
11ºBPM/1ªCia/6ºPel		Mondaí	13
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Palma Sola	10
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/5ºGp		Paraíso	8
11ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp		Princesa	8
11ºBPM/1ªCia/6ºPel/2ºGp		Riqueza	3
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/4ºGp		Romelândia	4
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/4ºGp		Saltinho	6
11ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp		Santa Helena	5
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Santa Terezinha do Progresso	5
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/3ºGp		São Bernardino	5
11ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp		São João do Oeste	6



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

11ºBPM/2ªCia/4ºPel/3ºGp		São José do Cedro	17
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/4ºGp		São Miguel da Boa Vista	4
11ºBPM		São Miguel do Oeste	86
11ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp		Serra Alta	5
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/16ºGp		Sul Brasil	4
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/3ºGp		Tigrinhos	3
11ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Tunápolis	5
2ºBPMA/2ªCia/2ºPel	CPMA	São Miguel do Oeste	24
2ºBPMR/3ªCia	CPMR	Iporã do Oeste	4
2ºBPMR/3ªCia/12ºGp		Iporã do Oeste	29
10ª RPM - Joaçaba	10RPM	Joaçaba	11
26ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Água Doce	6
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Arroio Trinta	5
26ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Brunópolis	5
15ºBPM		Caçador	74
15ºBPM/2ªCia/1ºpel/3º Gp		Calmon	5
26ºBPM/3ªCia		Campos Novos	31
26ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Capinzal	20
26ºBPM/1ªCia/5ºPel/1ºGp		Catanduvas	7
26ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Eral Velho	5
15ºBPMº/3ªCia		Fraiburgo	30
26ºBPM		Herval do Oeste	37
26ºBPM		Ibiam	6
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/6ºGp		Ibicaré	7
26ºBPM/1ªCia/4ºPel/3ºGp		Iomere	6
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/7ºGp		Ipira	6
26ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Jaborá	5
26ºBPM/1ªCia/5ºPel/2ºGp		Joaçaba	31
26ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Lacerdópolis	5
26ºBPM/1ªCia/4ºPel/5ºGp		Luzerna	6
15ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Macieira	6
15ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Monte Carlo	8
26ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Ouro	4
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Pinheiro Preto	6



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

26ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Piratuba	10
15ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Rio das Antas	6
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Salto Veloso	4
15ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp		Tangará	9
26ºBPM/1ªCia/4ºPel/4ºGp		Treze Tílias	5
26ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Vargem	5
26ºBPM/1ªCia/5ºPel/3ºGp		Vargem Bonita	4
15ºBPM/1ªCia		Videira	44
26ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Zortea	3
2ºBPMA/3ªCia/1ºPel/3ºGp	CPMA	Caçador	7
2ºBPMA/1ªCia/2ºPel		Joaçaba	27
2ºBPMR	CPMR	Ibicaré	2
2ºBPMR/2ªCia		Ibicaré	2
2ºBPMR/2ªCia/08ºGp		Ibicaré	15
2ºBPMR/2ªCia/22ºGp		Calmon	17
11º RPM - São José	11RPM	São José	21
GESA/1ª Cia/3ºPel/2ºGp		Águas Mornas	9
GESA/1ªCia/3ºPel/5ºGp		Angelina	7
GESA/1ªCia/4ºGp		Anitápolis	10
24ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Antônio Carlos	17
24ºBPM		Biguacu	71
24ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Governador Celso Ramos	26
16ºBPM		Palhoça	159
GESA/1ªCia/3ºPel/3ºGp		Rancho Queimado	11
GESA		Santo Amaro da Imperatriz	45
GESA/1ªCia/3ºPel/6ºGp		São Bonifácio	9
7ºBPM		São José	203
7ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		São Pedro de Alcântara	12
BOPE - São José	ESPEC	São José	72
Cavalaria - São José		São José	96
Canil - São José		São José	32
CAD - São José	DIRETO- RIA	São José	34
1ºBPMA/4ªCia	CPMA	Palhoça	30



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

12ª RPM - Jaraguá do Sul	12RPM	Jaraguá do Sul	31
23ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Campo Alegre	14
14ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Corupá	13
14ºBPM/2ªCia		Guaramirim	38
14ºBPM		Jaraguá do Sul	111
14ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Massaranduba	12
23ºBPM/3ªCia		Rio Negrinho	44
23ºBPM		São Bento do Sul	74
14ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Schroeder	13
2ºBPMR/4ªCia/4ºGp	CPMR	Campo Alegre	18
		TOTAL	9522

5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 Quadro Demonstrativo de Espécie

ORDEM	UNIDADE	PRODUTOS
02	Fardo	Água mineral em garrafa descartável de 500ML, sem gás, fardo com 12 unidades

4.2 De acordo com a Portaria do Departamento Nacional de Produção Mineral nº 358, de 21 de setembro de 2009, o comércio de água mineral e potável de mesa nas embalagens plásticas, garrafão retornável de 20 litros, deverá observar o prazo de validade dessas embalagens conforme ABNT NBR 14.638.

6. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A fornecedora, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por conta do fornecedor.

5.2 Os produtos, mesmo entregues, só serão considerados aceitos após a verificação da conformidade com a especificação editalícia e nota fiscal.

5.3 Fica vedada a subcontratação, sem a devida e prévia autorização da Polícia Militar.

5.4 É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

5.5 A qualquer momento, antes ou após a entrega do produto, a PMSC pode requisitar perícia(s) laboratorial(ais) da amostra entregue antecipadamente ou de cada produto entregue para confir-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

mação das características do produto, devendo a empresa fornecedora, após oficialmente comunicada, repor as peças encaminhadas para a(s) perícia(s) e arcar com as custas junto ao(s) laboratório(s).

7. ENTREGA

6.1 Após o recebimento da Ordem de Fornecimento (Empenho), a Contratada poderá entrar em contato com o Aprovisionamento do CAD/DALF, pelo telefone (048) 3665-4785 / 3665-4788, a fim obter o endereço para entrega dos produtos.

6.2 A entrega dos bens não implica na aceitação, mas sim na transferência de responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos, e a prova de transferência dar-se-á com assinatura de quem de direito for, no canhoto da nota fiscal, servindo-a apenas como comprovante da data de entrega. A efetiva aceitação dos produtos dar-se-á com a declaração da autoridade competente de que o mesmo atende as condições estabelecidas no Edital.

6.3 O fornecimento é parcelado e a entrega será realizada em cada unidade da PMSC (OPM), mediante solicitação desta, não devendo realizar a entrega do quantitativo total de uma só vez.

6.4 O pedido dos produtos **não perecíveis** feitos pela Unidade ocorrerá mensalmente, até o 5º (quinto) dia de cada mês, mediante solicitação do setor encarregado da Unidade, e as entregas ocorrerão, no máximo, até o dia 10 do mesmo mês.

6.5 Os produtos **perecíveis** deverão ser entregues mediante solicitação da Unidade, podendo ser realizado diariamente, quando a entrega por outro prazo reduzir a qualidade e conservação do alimento, como, por exemplo, o pão.

6.6 No ato da entrega, os produtos deverão possuir validade não inferior a 70% do prazo de validade total garantido pelo fabricante registrada na embalagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

OPM	CIDADE	FISCAL DO CONTRATO	FISCAL SUBSTITUTO
1ªRPM	Florianópolis	2º Sgt PM 921386-4 Tarcísio Eduardo Costa	Cb. PM 926599-6 Erich Max Hoeller Neto
2ªRPM	Curitibanos	Cap. PM 929683-2 Gabriel Furtado Fernandes	3º Sgt PM 926958-4 Deive Gonçalves Pereira
3ªRPM	Balneário Camboriú	2º Sgt PM 924716-5 Luciana Briedis	3º Sgt PM 925392-0 Janaina Darlene Nicolau
4ªRPM	Chapecó	Cb. PM 9285225-4 Júlio César Bianchi	Sd. PM 933334-5 Gabriela Bernadon da Costa
5ªRPM	Joinville	3º Sgt PM 926893-6 Arnaldo Assunção Ribeiro	Cb PM 926383-7 Adriano Eneas Vieira
6ªRPM	Criciúma	Cb PM 927014-0 Eliandro Berna Arcino	Cb PM 925854-0 Giulia Alves de Azevedo
7ªRPM	Blumenau	Maj PM 926724-7 Heintje Heerdt	Cb PM 925996-14 Charles Luiz Ferreira
8ªRPM	Tubarão	Cb PM 926342-0 Ricardo de Ávila	2º Sgt PM 927049-3 Flávio Capistrano dos Santos Júnior
9ªRPM	São Miguel do Oeste	Ten. Cel PM 925820-8 Fábio José Hoelscher	Sub. Ten PM 921210-8 Sandro Heinen
10ªRPM	Joaçaba	3º Sgt PM 924953-2 Leandro Costanaro	Sd. PM 932723-1 Valdenize Jubainsky Pimentel
11ªRPM	São José	Ten. Cel. PM 926633-0 Marcelo Wagner Schlichting	3º Sgt. PM RR 920551-9 José Alberto Koch
12ªRPM	Jaraguá do Sul	Cb PM 926886-3 Tiago Mikael Garcia	CB PM 925242-8 Cláudio Sérgio Kauva
DALF	Florianópolis	1º Ten. PM 933500-5 Thiago Lívio Quinteiros Galvão	Sub. Ten PM 927235-6. Deiverson Fernandes da Rosa
CMB	Florianópolis	Sub. Ten. PM 926623-2 Alexandre de Souza Dalmarco	3º Sgt. PM 926597-0 Marcelo Augusto Rodrigues Knoll
Cmdo Geral	Florianópolis	Ten. Cel. PM 925828-0 Jorge Hebert Echude Silva Filho	Maj. PM 927292-5 Clarissa Dias Soares
BAPM		Maj. PM 927295-0 Mateus Fornassari Szpoganicz	2º Sgt PM 925897-3 Jackson Vander da Rocha
CPMA		Maj. PM 340924-4 Edmilson Machado Camargo Nassif	3º Sgt. PM 922996-5 Jean Haerbert Nuernberg
CPMR		Maj. PM 926606-2 Rudinei Gonçalves	Ten. Cel. PM 925310-6 João Paulo Hesbst Vieira
CEPM	Florianópolis	Ten. Cel. PM 926647-0 Charles Augusto de Lima	3º Sgt PM RR 919071-6 Sérgio Luiz Félix



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

CAD	São José	Maj. PM 927223-2 Cláudio Böing	Sub. Ten PM 927216-0 Carolina Dias Lisboa
CAEPM	Florianópolis	Sub. Ten PM 927212-7 Fausto Júnior Medeiros	2º Sgt. PM 919529-7 Newton Martins Sousa



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

9. ESTIMATIVA DO VALOR

LOTE	OPM	RPM	CIDADES	QUANTIDADE DE FARDOS DE GAR- RAVAS 500ML	VALOR POR LOTE
1	1º RPM - Florianópolis	1RPM	Florianópolis	43	R\$ 23.566,20
	4º BPM - Florianópolis Centro e Sul		Florianópolis	289	
	21º BPM - Florianópolis Ilha		Florianópolis	160	
	22º BPM - Florianópolis Conti- nente		Florianópolis	143	
	BAPM - Florianópolis	ESPEC	Florianópolis	45	
	BP CHOQUE - Florianópolis		Florianópolis	80	
	CEPM - Florianópolis		Florianópolis	133	
	Comando Geral		Florianópolis	250	
	CMB		Florianópolis	18	
	DALF		Florianópolis	106	
2	CPMA	PMA	Florianópolis	33	R\$ 1.097,40
	1ºBPMA		Florianópolis	12	
	1ºBPMA/1ªCia/1ºPel		Florianópolis	14	
3	CPMR	PMR	Florianópolis	6	R\$ 2.157,60
	CPMR/PCS		Florianópolis	42	
	CPMR/TOR		Florianópolis	8	
	1ºBPMPR		Florianópolis	2	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	1ºBPMR/1ªCia		Florianópolis	2	
	1ºBPMR/1ªCia/1ºGp		Florianópolis	28	
	1ºBPMR/1ªCia/19ºGp		Florianópolis	28	
4	2ª RPM - Lages	2RPM	Lages	83	R\$ 16.535,40
	6ºBPM/1ªCia/5ºGp		Abdon Batista	5	
	6ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Alfredo Wagner	8	
	6ºBPM/1ªCia/2ºPel/6ºGp		Anita Garibaldi	9	
	3ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Bela Vista do Toldo	10	
	6ºBPM/1ªCia/1ºPel		Bocaina do Sul	8	
	6ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Bom Jardim da Serra	7	
	6ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp		Bom Retiro	9	
	6ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Campo Belo do Sul	9	
	3ºBPM		Canoinhas	91	
	6ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp		Capão Alto	8	
	6ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Celso Ramos	6	
	6ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Cerro Negro	4	
	6ºBPM/2ªCia/3ºPel		Correia Pinto	14	
	GECT		Curitibanos	71	
	GECT/2ºPel/4ºGp		Frei Rogério	7	
	3ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Irineópolis	13	
	GEMFA/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Itaiópolis	13	
	6ºBPM		Lages	168	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	GECT/2ºPel/1ºGp		Lebon Régis	6	
	GEMFA		Mafra	79	
	3ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Major Vieira	10	
	3ºBPM/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Matos Costa	8	
	GEMFA/2ªCia/1ºPel/3ºGp		Monte Castelo	8	
	6ºBPM/2ªCia		Otacílio Costa	24	
	6ºBPM/1ªCia/1º Pel/2ºGp		Painel	6	
	6ºBPM/2ªCia/4ºPel/8ºGp		Palmeira	8	
	GEMFA/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Papanduva	8	
	6ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Ponte Alta	8	
	GECT/1ºPel/1ºGp		Ponte Alta do Norte	9	
	3ºBPM/1ªCia		Porto União	66	
	6ºBPM/2ªCia/1ºPel/4ºGp		Rio Rufino	4	
	GECT/2ºPel/2ºGp		Santa Cecília	12	
	GECT/1ºPel/2ºGp		São Cristovão do Sul	7	
	6ºBPM/2ªCia/1ºPel		São Joaquim	17	
	6ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		São José do Cerrito	8	
	GECT/2ºPel/3ºGp		Timbó Grande	9	
	3ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Três Barras	18	
	6ºBPM/2ªCia/1ºPel/3ºGp		Urubici	9	
	6ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Urupema	6	
	5ª/BAPM - Lages	ESPEC	Lages	16	R\$ 1.506,60
5	2ºBPMA/3ªCia	CPMA	Canoinhas	29	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	2ºBPMA/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Curitibanos	11	
	CPMA/2ºBPMA/1ªCIA		Lages	28	
	2ºBPMA/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Porto União	13	
6	1ºBPMR/4ªCia/16ºGp	CPMR	CANOINHAS	15	R\$ 1.357,80
	2ºBPMR/1ªCia		Painel	2	
	2ºBPMR/1ªCia/10ºGp		Painel	19	
	2ºBPMR/1ªCia/11ºGp		Palmeira	14	
	2ºBPMR/1ªCia/21ºGp		Bom Jardim da Serra	12	
	2ºBPMR/1ªCia/3ºGp		Lebon Régis	11	
7	3ª RPM - Balneário Camboriú	3RPM	Balneário Camboriú	39	R\$ 13.113,00
	12ºBPM		Balneário Camboriú	137	
	25ºBPM/3ªCia/3ºPel		Balneário Piçarras	18	
	12ºBPM/4ªCia/4ºPel		Bombinhas	16	
	12ºBPM/1ªCia		Camboriú	51	
	12ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Canelinha	10	
	1ºBPM		Itajaí	179	
	12ºBPM/4ªCia		Itapema	49	
	25ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Luis Alves	12	
	12ºBPM/3ªCia/3ºPel/4ºGp		Major Gercino	3	
	25ºBPM		Navegantes	68	
	12ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Nova Trento	11	
	25ºBPM/3ªCia		Penha	22	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	12ºBPM/4ªCia/4ºPel/1ºGp		Porto Belo	18	
	12ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		São João Batista	20	
	12ºBPM/3ªCia		Tijucas	36	
	3ª/BAPM - Balneário Camboriú	ESPEC	Balneário Camboriú	16	
8	1ºBPMA/1ªCia/4ºPel	CPMA	Balneário Camboriú	17	R\$ 316,20
9	4ª RPM - Chapecó	4RPM	Chapecó	49	R\$ 15.010,20
	2ºBPM/4ªCia/1ºPel/5ºGp		Abelardo Luz	16	
	2ºBPM/3ªCia/7ºPel/1ºGp		Águas de Chapecó	6	
	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Águas Frias	5	
	20ºBPM/2ªCia/1ºPel/4ºGp		Alto Bela Vista	6	
	20ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Arabutã	6	
	20ºBPM/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Arvoredo	7	
	2ºBPM/4ªCia/1ºPel/1ºGp		Bom Jesus	5	
	2ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Caibi	5	
	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/4ºGp		Caxambú do Sul	7	
	2ºBPM		Chapecó	207	
	20ºBPM		Concórdia	90	
	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/13ºGp		Cordilheira Alta	6	
	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/3ºGp		Coronel Freitas	8	
	2ºBPM/5ªCia/2ºPel/6ºGp		Coronel Martins	5	
	2ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Cunhataí	6	
	2ºBPM/4ªCia/5ºPel/3ºGp		Entre Rios	5	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

2ºBPM/4ªCia/1ºPel/2ºGp	Faxinal dos Guedes	8
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/4ºGp	Formosa do Sul	6
2ºBPM/4ªCia/2ºPel/5ºGp	Galvão	4
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/12ºGp	Guatambú	6
2ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp	Ipuaçu	5
20ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp	Ipumirim	10
20ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp	Irani	13
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/7ºGp	Irati	6
20ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp	Itá	8
2ºBPM/3ªCia/5ºPel/3ºGp	Jardinópolis	6
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/3ºGp	Jupia	5
2ºBPM/4ªCia/5ºPel/1ºGp	Lajeado Grande	6
20ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp	Lindóia do Sul	5
2ºBPM/4ªCia/5ºPel/2ºGp	Marema	5
2ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp	Nova Erechim	5
2ºBPM/5ªCia/2ºPel/8ºGp	Nova Horizonte	6
2ºBPM/3ªCia/1ºPel/9ºGp	Nova Itaberaba	6
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/4ºGp	Ouro Verde	4
20ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp	Paial	5
2ºBPM/3ªCia/3ºPel/4ºGp	Palmitos	17
2ºBPM/4ªCia/1ºPel/8ºGp	Passos Maia	6
20ºBPM/2ªCia/1ºPel/3ºGp	Peritiba	6
4ªRPM/2ºBPM/3ªCia/2ºPel	Pinhalzinho	19



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/5ºGp		Planalto Alegre	6	
	2ºBPM/4ªCia/4ºPel/3ºGp		Ponte Serrada	8	
	20ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Presidente Castello Branco	6	
	2ºBPM/5ªCia/2ºPel/1ºGp		Quilombo	10	
	2ºBPM/5ªCia/2ºPel/2ºGp		Santiago do Sul	5	
	2ºBPM/3ªCia/7ºPel/1ºGp		São Carlos	10	
	2ºBPM/4ªCia/3ºPel/1ºGp		São Domingos	6	
	2ºBPM/5ªCia		São Lourenço do Oeste	30	
	2ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Saudades	8	
	20ºBPM/3ªCia		Seara	22	
	2ºBPM/3ªCia/1ºPel/8ºGp		União do Oeste	6	
	2ºBPM/4ªCia/4ºPel/1ºGp		Vargeão	5	
	2ºBPM/4ªCia		Xanxerê	54	
	20ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Xavantina	6	
	2ºBPM/4ªCia/1ºPel/13ºGp		Xaxim	19	
10	2ºBPMA	CPMA	Chapecó	33	R\$ 818,40
	2ºBPMA/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Concórdia	11	
11	2ºBPMR/2ªCia/20ºGp	CPMR	Concórdia	16	R\$ 818,40
	2ºBPMR/3ªCia/9ºGp		Bom Jesus	14	
	2ºBPMR/3ªCia/17ºGp		São Lourenço do Oeste	14	
12	5ª RPM - Joinville	5RPM	Joinville	67	R\$ 14.210,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	EPM - Joinville		Joinville	45	
	27ºBPM/2ªCia		Araquari	30	
	27ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Balneário Barra do Sul	14	
	17ºBPM/2ªCia		Barra Velha	27	
	8ºBPM/3ªCia/4º Pel/2ºGp		Garuva	14	
	8ºBPM/3ªCia/4ºPel		Itapoá	24	
	17ºBPM		Joinville - Norte	311	
	8ºBPM		Joinville - Sul	144	
	27ºBPM		São Francisco do Sul	56	
	17ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		São João do Itaperiú	8	
	2ª Cia/BAPM - Joinville	ESPEC	Joinville	24	
13	1ºBPMA/2ªCia	CPMA	Joinville	25	R\$ 465,00
14	1ºBPMR/4ªCia	CPMR	Joinville	3	R\$ 595,20
	1ºBPMR/4ªCia/18ºGp		Joinville	20	
	1ºBPMR/4ªCia/24ºGp		São Francisco do Sul	9	
15	6ª RPM - Criciúma	6RPM	Criciúma	52	R\$ 14.638,20
	19ºBPM		Araranguá	85	
	19ºBPM/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Balneário Arroio do Silva	14	
	19ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Balneário Gaivota	10	
	GEIC/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Balneário Rincão	14	
	GEIC/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Cocal do Sul	16	
	9ºBPM		Criciúma	237	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	19ºBPM/3ªCia/2ºPel/4ºGp		Ermo	5	
	9ºBPM/4ªCia/2ºPel		Forquilha	28	
	GEIC		Içara	78	
	19ºBPM/3ªCia/3ºPel		Jacinto Machado	10	
	GEIC/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Lauro Müller	12	
	19ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Maracajá	10	
	19ºBPM/3ªCia/2ºPel/3ºGp		Meleiro	10	
	GEIC/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Morro da Fumaça	16	
	19ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp		Morro Grande	6	
	9ºBPM/4ªCia/3ºPel/1ºGp		Nova Veneza	15	
	GEIC/2ªCia/3ºPel		Orleans	20	
	19ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Passos de Torres	10	
	19ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Praia Grande	10	
	19ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Santa Rosa do Sul	7	
	19ºBPM/3ºPel/3ºGp		São João do Sul	9	
	9ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp		Siderópolis	12	
	19ºBPM/2ªCia		Sombrio	35	
	19ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Timbé do Sul	10	
	9ºBPM/4ªCia/3ºPel/3ºGp		Treviso	11	
	19ºBPM/3ªCia/2ºPel		Turvo	26	
	GEIC/2ªCia		Urussanga	19	
16	CPMA/1ºBPMA/3ªCia/2ºPel	CPMA	Maracajá	22	R\$ 409,20
17	1ºBPMR/2ªCia	CPMR	Cocal do Sul	3	R\$ 1.060,20



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	1ºBPMR/2ªCia/5ºGp		Cocal do Sul	22	
	1ºBPMR/2ªCia/14ºGp		Içara	19	
	1ºBPMR/2ªCia/15ºGp		Lauro Müller	13	
18	7ª RPM - Blumenau	7RPM	Blumenau	55	R\$ 14.880,00
	13ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Agrolândia	5	
	13ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Agronômica	4	
	GEIN/1ªCia/3ºPel/3ºGp		Apiúna	7	
	GEIN/1ªCia/3ºPel/2ºGp		Ascurra	6	
	13ºBPM/4ªCia/2ºPel/1ºGp		Atalanta	4	
	13ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Aurora	3	
	GEIN/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Benedito Novo	5	
	10ºBPM		Blumenau	209	
	18ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Botuverá	8	
	13ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Braco do Trombudo	3	
	18ºBPM		Brusque	95	
	13ºBPM/4ªCia/2ºPel/2ºGp		Chapadão do Lageado	5	
	13ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Dona Emma	4	
	GEIN/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Doutor Pedrinho	6	
	18ºBPM/3ªCia		Gaspar	39	
	18ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Guabiruba	13	
	13ºBPM/2ªCia		Ibirama	20	
	18ºBPM/3ªCia/3ºPel/1ºGp		Ilhota	13	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

13ºBPM/4ªCia/3ªPel/1ºGp		Imbuia	4	
GEIN		Indaial	40	
13ºBPM/4ªCia/3ªPel/1ºGp		Ituporanga	20	
13ºBPM/2ªCia/2ºPel/4ºGp		José Boiteux	5	
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Laurentino	4	
13ºBPM/4ªCia/3ºPel/3ºGp		Leoberto Leal	3	
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/4ºGp		Lontras	6	
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Mirim Doce	5	
13ºBPM/4ªCia/2ºPel/3ºGp		Petrolândia	4	
GEIN/2ªCia/1ºPel		Pomerode	20	
13ºBPM/3ªCia/1ºPel/1ºGp		Pouso Redondo	8	
13ºBPM/2ªCia/2ºPel		Presidente Getúlio	11	
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/5ºGp		Presidente Nereu	6	
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/3ºGp		Rio do Campo	5	
13ºBPM/1ªCia/1ºPel/6ºGp		Rio do Oeste	4	
13ºBPM		Rio do Sul	61	
GEIN/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Rio dos Cedros	9	
GEIN/1ªCia/3ºPel/4ºGp		Rodeio	6	
13ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp		Salete	4	
13ºBPM/2ºPel/4ºGp		Santa Terezinha	4	
13ºBPM/3ªCia		Taió	20	
GEIN/2ªCia		Timbó	28	
13ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Trombudo Central	5	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	13ºBPM/4ªCia/3ºPel/2ºGp		Vidal Ramos	4	
	13ºBPM/2ªCia/2ºPel/3ºGp		Vitor Meireles	5	
	13ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Witmarsum	5	
19	1ºBPMA/2ªCia/2ºPel	CPMA	Blumenau	18	R\$ 669,60
	1ºBPMA/2ªCia/3ºPel		Rio do Sul	18	
20	1ºBPMR/3ªCia	CPMR	Blumenau	7	R\$ 985,80
	1ºBPMR/3ªCia/13ºGp		Blumenau	15	
	1ºBPMR/3ªCia/2ºGp		Gaspar	20	
	1ºBPMR/3ªCia/23ºGp		Taió	11	
21	8ª RPM - Tubarão	8RPM	Tubarão	69	R\$ 10.992,60
	GEBN/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Armazém	5	
	GEBN		Braço do Norte	45	
	5ºBPM/2ªCia/3ºPel		Capivari de Baixo	28	
	GEIB/2ªCia		Garopaba	29	
	GEBN/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Grão Pará	7	
	GEBN/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Gravatal	20	
	GEIB/1ªCia/1ºGp		Imaruí	15	
	GEIB		Imbituba	69	
	5ºBPM/2ªCia/4ºPel		Jaguaruna	21	
	28ºBPM		Laguna	85	
	GEIB/2ªCia/2ºGp		Paulo Lopes	11	
	5ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Pedras Grandes	9	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	28ºBPM/1ªCia/1ºPel		Pescaria Brava	10	
	GEBN/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Rio Fortuna	5	
	5ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp		Sangão	11	
	GEBN/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Santa Rosa de Lima	4	
	GEBN/1ªCia/3ºPel/1ºGp		São Ludgero	12	
	GEBN/2ªCia/3ºPel/1ºGp		São Martinho	7	
	5ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Treze de Maio	10	
	5ºBPM		Tubarão	119	
22	1ºBPMA/3ªCia	CPMA	Laguna	28	R\$ 520,80
23	1ºBPMR/2ªCia/7ºGp	CPMR	Gravatal	25	R\$ 465,00
24	9ª RPM - São Miguel do Oeste	9RPM	São Miguel do Oeste	24	R\$ 7.793,40
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/2ºGp		Anchieta	8	
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/7ºGp		Bandeirante	7	
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/8ºGp		Barra Bonita	5	
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/6ºGp		Belmonte	7	
	11ºBPM/3ªCia/1ºPel/10ºGp		Bom Jesus do Oeste	6	
	11ºBPM/2ªCia/3ºPel		Campo Erê	16	
	11ºBPM/3ªCia/1ºPel/11ºGp		Cunha Porã	7	
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/1ºGp		Descanso	6	
	11ºBPM/2ªCia		Dionísio Cerqueira	48	
	11ºBPM/3ªCia/1ºPel/2ºGp		Flor do Sertão	5	
	11ºBPM/1ªCia/1ºPel/3ºGp		Guaraciaba	9	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

11ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp	Guarujá do Sul	10
11ºBPM/1ªCia/6ºPel/1ºGp	Iporã do Oeste	7
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/13ºGp	Iraceminha	5
11ºBPM/1ªCia/2ºPel	Itapiranga	17
11ºBPM/3ªCia	Maravilha	28
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/7ºGp	Modelo	7
11ºBPM/1ªCia/6ºPel	Mondaí	13
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp	Palma Sola	10
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/5ºGp	Paraíso	8
11ºBPM/2ªCia/4ºPel/2ºGp	Princesa	8
11ºBPM/1ªCia/6ºPel/2ºGp	Riqueza	3
11ºBPM/1ªCia/1ºPel/4ºGp	Romelândia	4
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/4ºGp	Saltinho	6
11ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp	Santa Helena	5
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp	Santa Terezinha do Progresso	5
11ºBPM/2ªCia/3ºPel/3ºGp	São Bernardino	5
11ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp	São João do Oeste	6
11ºBPM/2ªCia/4ºPel/3ºGp	São José do Cedro	17
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/4ºGp	São Miguel da Boa Vista	4
11ºBPM	São Miguel do Oeste	86
11ºBPM/3ªCia/2ºPel/2ºGp	Serra Alta	5
11ºBPM/3ªCia/1ºPel/16ºGp	Sul Brasil	4



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	11ºBPM/3ªCia/1ºPel/3ºGp		Tigrinhos	3	
	11ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Tunápolis	5	
25	2ºBPMA/2ªCia/2ºPel	CPMA	São Miguel do Oeste	24	R\$ 446,40
26	2ºBPMR/3ªCia	CPMR	Iporã do Oeste	4	R\$ 613,80
	2ºBPMR/3ªCia/12ºGp		Iporã do Oeste	29	
27	10ª RPM - Joaçaba	10RPM	Joaçaba	11	R\$ 7.849,20
	26ºBPM/2ªCia/4ºPel/1ºGp		Água Doce	6	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Arroio Trinta	5	
	26ºBPM/3ªCia/3ºPel/3ºGp		Brunópolis	5	
	15ºBPM		Caçador	74	
	15ºBPM/2ªCia/1ºpel/3º Gp		Calmon	5	
	26ºBPM/3ªCia		Campos Novos	31	
	26ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Capinzal	20	
	26ºBPM/1ªCia/5ºPel/1ºGp		Catanduvras	7	
	26ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Erval Velho	5	
	15ºBPMº/3ªCia		Fraiburgo	30	
	26ºBPM		Herval do Oeste	37	
	26ºBPM		Ibiam	6	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/6ºGp		Ibicaré	7	
	26ºBPM/1ªCia/4ºPel/3ºGp		Iomere	6	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/7ºGp		Ipira	6	
	26ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Jaborá	5	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	26ºBPM/1ªCia/5ºPel/2ºGp		Joaçaba	31	
	26ºBPM/2ªCia/2ºPel/2ºGp		Lacerdópolis	5	
	26ºBPM/1ªCia/4ºPel/5ºGp		Luzerna	6	
	15ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Macieira	6	
	15ºBPM/3ªCia/2ºPel/1ºGp		Monte Carlo	8	
	26ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Ouro	4	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/2ºGp		Pinheiro Preto	6	
	26ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Piratuba	10	
	15ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Rio das Antas	6	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/3ºGp		Salto Veloso	4	
	15ºBPM/1ªCia/2ºPel/4ºGp		Tangará	9	
	26ºBPM/1ªCia/4ºPel/4ºGp		Treze Tílias	5	
	26ºBPM/3ªCia/3ºPel/2ºGp		Vargem	5	
	26ºBPM/1ªCia/5ºPel/3ºGp		Vargem Bonita	4	
	15ºBPM/1ªCia		Videira	44	
	26ºBPM/2ªCia/2ºPel/1ºGp		Zortea	3	
28	2ºBPMA/3ªCia/1ºPel/3ºGp	CPMA	Caçador	7	R\$ 632,40
	2ºBPMA/1ªCia/2ºPel		Joaçaba	27	
29	2ºBPMR	CPMR	Ibicaré	2	R\$ 669,60
	2ºBPMR/2ªCia		Ibicaré	2	
	2ºBPMR/2ªCia/08ºGp		Ibicaré	15	
	2ºBPMR/2ªCia/22ºGp		Calmon	17	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

30	11º RPM - São José	11RPM	São José	21	R\$ 11.160,00
	GESA/1ª Cia/3ºPel/2ºGp		Águas Mornas	9	
	GESA/1ªCia/3ºPel/5ºGp		Angelina	7	
	GESA/1ªCia/4ºGp		Anitápolis	10	
	24ºBPM/2ªCia/3ºPel/1ºGp		Antônio Carlos	17	
	24ºBPM		Biguacu	71	
	24ºBPM/2ªCia/3ºPel/2ºGp		Governador Celso Ramos	26	
	16ºBPM		Palhoça	159	
	GESA/1ªCia/3ºPel/3ºGp		Rancho Queimado	11	
	GESA		Santo Amaro da Imperatriz	45	
	GESA/1ªCia/3ºPel/6ºGp		São Bonifácio	9	
	7ºBPM		São José	203	
	7ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		São Pedro de Alcântara	12	
31	BOPE - São José	ESPEC	São José	72	R\$ 4.352,40
	Cavalaria - São José		São José	96	
	Canil - São José		São José	32	
	CAD - São José	DIRETORIA	São José	34	
32	1ºBPMA/4ªCia	CPMA	Palhoça	30	R\$ 558,00
33	12ª RPM - Jaraguá do Sul	12RPM	Jaraguá do Sul	31	R\$ 6.510,00
	23ºBPM/1ªCia/3ºPel/1ºGp		Campo Alegre	14	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

	14ºBPM/1ªCia/2ºPel/1ºGp		Corupá	13	
	14ºBPM/2ªCia		Guaramirim	38	
	14ºBPM		Jaraguá do Sul	111	
	14ºBPM/2ªCia/1ºPel/1ºGp		Massaranduba	12	
	23ºBPM/3ªCia		Rio Negrinho	44	
	23ºBPM		São Bento do Sul	74	
	14ºBPM/2ªCia/1ºPel/2ºGp		Schroeder	13	
34	2ºBPMR/4ªCia/4ºGp	CPMR	Campo Alegre	18	R\$ 334,80
	TOTAL			9522	R\$ 177.109,20

ITENS	QUANTIDADE	ORÇAMENTOS	
		VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
ÁGUA EM GARRAFA DE 500ML EM FARDO COM 12 UNIDADES	9.522	R\$ 18,60	R\$ 177.109,20
		VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 177.109,20

O valor total estimado é de **R\$ 177.109,20** (cento e setenta e sete mil, cento e nove reais e vinte centavos, sendo R\$ 160.611,00 para o efetivo Policial Militar Ordinário, R\$ 7.440,00 para o efetivo da Polícia Militar Ambiental e R\$ 9.058,20 para o efetivo da Polícia Militar Rodoviária.

10. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

O pagamento com a execução do referido processo correrá pelos Itens Orçamentário 33903007, Subação 4072 e Fonte de Recurso 0111, Item Orçamentário 33903007, Subação 14446 e Fonte de Recurso 169 para Polícia Militar Rodoviária e Item Orçamentário 33903007, Subação 11816 e Fonte de Recurso 219 para Polícia Militar Ambiental.

São José em 21 de dezembro de 2021.

Cláudio Böing
Major PM - Chefe CAD/DALF

De acordo
Comandante/Diretor

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-ePMSC 77934/2021

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

1 –CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

1.1 – O objeto será entregue pela Contratada, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), conforme a necessidade do Contratante e mediante Autorização de Fornecimento/Contrato.

1.2 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela escolhido. Se rejeitado, o objeto deverá ser substituído pela Contratada, no prazo estipulado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.3 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

1.4 – O aceite definitivo do objeto pela Contratante, que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a entrega do mesmo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5 – O objeto adjudicado deverá atender a legislação a ele pertinente.

1.6 – A Contratada compromete-se a entregar manuais, certificados e garantia como todos e quaisquer documentos relacionados ao objeto, em português.

1.7- A proposta deverá constar o nome, endereço e telefone da empresa que prestará assistência técnica autorizada pela montadora, durante o período de garantia;

1.8- Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, prospecto ou outro documento relativo ao objeto cotado, que comprove as características ou especificações do produto ofertado;

1.8.1- Os prospectos apresentados em língua estrangeira deverão vir acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa.

1.9- O produto, mesmo entregue, só será aceito após a verificação da qualidade e conformidade com as descrições e especificações constantes no presente anexo pelo Setor Competente do CAD e Comissão de Recebimento de Materiais para a consequente aceitação;

1.10- A entrega dos bens não implica na aceitação, mas sim na transferência de responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos, e a prova de transferência dar-se-á com assinatura de quem de direito for, no canhoto da nota fiscal, servindo-a apenas como comprovante da data de entrega. A efetiva aceitação dos produtos dar-se-á com a declaração da autoridade competente, de que o mesmo atende as condições estabelecidas no Edital.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

a. Preços unitários e total dos produtos/serviços:

Objeto	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
T O T A L			

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

<u>Dados da Licitante</u>		
Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF ¹ :		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Fone:	E-Mail:	
<u>Dados Bancários*</u>		
Banco:	Agência:	Conta ² :
<u>Representante</u>		
Nome:	CPF:	RG/UF:
Telefone Fixo:	Telefone Celular	

_____, ____ de _____ de 20____
(Local e data)

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESARAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

¹O CNPJ/CPF informado deve ser o mesmo da conta bancária.

²É obrigatório informar o dígito da agência e da conta.

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE

SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA
CATARINA, POR INTERMÉDIO DA
..... E A EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da Polícia Militar, com recursos provenientes do FUMPOM (Fundo de Melhoria da Polícia Militar), CNPJ nº 13.925.994/0001-07, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo Coronel PM....., Diretor de Apoio Logístico e Finanças, localizada na Av. Rio Branco, 1.064 – Centro – Florianópolis-SC, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de _____, de acordo com as especificações e condições para execução do objeto, descritos nos Anexos I e II do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/____.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação – Pregão Eletrônico nº ____/____ e seus anexos, os documentos, proposta e informações apresentadas pela Contratada e que deram suporte ao julgamento do referido pregão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

§ 1º – Do Preço

I – O valor total deste Contrato é de R\$ (.....), conforme discriminado no quadro abaixo:

Item	Características Mínimas	Und	Qtde	Valor(R\$)	
				Unitário	Total

II – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos

necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

III – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – Das Condições de Pagamento.

I – O pagamento será:

a) Realizado por intermédio do Banco do Brasil, em conformidade com o inciso II do art 55 c/c o inciso XIV do art. 40 da Lei Federal 8.666/93, **até o 30º (trigésimo) dia** subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de aceite final do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de Materiais da PMSC, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Fundo de Melhoria da Polícia Militar/FUMPOM, devendo constar também o número da licitação, Contrato, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

b) A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

c) A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o Centro de Armazenamento e Distribuição da PMSC (Almoxarifado Geral), através do endereço eletrônico E-Mail dalfcadch@pm.sc.gov.br;

d) Dúvidas referentes ao preenchimento e pagamento da Nota Fiscal deverão ser dirigidas e dirimidas junto à Seção de Tesouraria da DALF, através do endereço eletrônico e-mail dalf3aux@pm.sc.gov.br ou dalf3ch@pm.sc.gov.br.

e) A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no [site http://nfe.sef.sc.gov.br](http://nfe.sef.sc.gov.br)).

III – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

IV – O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

V – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

§ 3º – Da Atualização por Inadimplemento

Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios

adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º – Do Reajuste

O preço estabelecido é fixo, único e irreajustável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

I – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá por conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhorias da Polícia Militar - FUMPOM, Ação:, Item Orçamentário:, Fonte:

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O contrato terá vigência da data da assinatura do termo de contrato até o adimplemento das obrigações previstas no mesmo, observada a vigência do crédito orçamentário, na forma do art. 57, *caput*, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único – A garantia terá sua contagem iniciada com a emissão do Termo de Aceite do produto fornecido, estendendo-se pelo prazo constante na proposta da Contratada apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/PMSC/____.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propositos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- g) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela CONTRATANTE, respeitando-se os limites e preceitos legais;
- i) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e

autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

j) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela Contratante, respeitando-se os limites e preceitos legais, quando for o caso.

k) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

l) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.

Da Contratante

a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital de pregão eletrônico nº _____/____;

c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades quando for o caso;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas, sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a Contratada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

§ 1º –Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º –A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º –As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 4º –Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/PMSC/_____, à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

...../SC, de de

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

Assinatura

Assinatura

CPF/MF

CPF/MF

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

DECLARAÇÃO SOBRE ICMS

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAMOS que a isenção de ICMS prevista no Convênio CONFAZ nº 26/03 não se aplica a esta operação e, portanto, esta empresa não precisará dar o desconto equivalente ao imposto dispensado após a fase de lances do pregão, tendo em vista o seguinte motivo, conforme subitem 2.2 do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/PMSC/2019, instaurado pela Polícia Militar/SC:

- () a empresa está cadastrada no SIMPLES/Nacional.
- () a empresa não está sediada em Santa Catarina.
- () os produtos estão sujeitos ao regime de substituição tributária, e a empresa se enquadra na situação de estabelecimento substituído.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e PMSC 77934/2021

MODELO DE DECLARAÇÕES

A empresa, inscrita no CNPJ N.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade N.º e do CPF N.º DECLARA, para fins de atendimento ao disposto neste Edital de n.º/PMSC/20..... que:

1. CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO

Cumpre com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e Segurança no trabalho de nossos empregados, a teor do que estabelece a Lei Estadual nº 10.732/98, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Por se verdade firo a presente declaração.

2. DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Para fins do disposto no [inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

3. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AO ART. 9º DA LEI Nº 8.666/93

Declaro, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/1993, que os serviços/produtos/bens a serem prestados/entregues/fornecidos por esta Empresa no (Processo Licitatório/Dispensa de Licitação/ Inexigibilidade nº): não serão direta ou indiretamente executados/prestados ou fornecidos por:

1. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
2. autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

4. CLÁUSULAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

....., de de 20.....

.....
Assinatura, nome e cargo do Representante Legal da licitante interessada.
[NOME DA EMPRESA]